

MOVIMENTOS ANTIDEMOCRÁTICOS NO BRASIL EM 2021 E OS PARALELOS COM OS LIVROS *O CONTO DA AIA* E *1984*

Breno Alan Couto Neves da Silva

Fátima Paiva da Silva

Héber César Araújo Marques

Rodrigo Freire Pimentel Silva¹

Marcos Uzel Pereira da Silva²

RESUMO

Este artigo faz um paralelo entre os movimentos antidemocráticos ocorridos no Brasil em 2021 e as obras literárias distópicas *O Conto da Aia*, da escritora canadense Margaret Atwood, e *1984*, do autor britânico George Orwell, cujos conteúdos retratam sociedades que enfrentam uma crescente onda de governos totalitários e conservadores comandados por líderes ditatoriais, ataques aos direitos humanos e extremismo religioso. A partir da análise de notícias e eventos acontecidos em 2021, o artigo estabelece relações entre a realidade do contexto social e político contemporâneo do Brasil e a abordagem ficcional apresentada nesses dois livros.

Palavras-chave: Literatura distópica; Movimentos antidemocráticos; *O Conto da Aia*; 1984; Realidade brasileira.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa investigar, através de pesquisa exploratória, os paralelos entre os movimentos antidemocráticos ocorridos em 2021, no Brasil, durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), e as realidades abordadas nas obras literárias distópicas *O Conto da Aia*, de 1985, da escritora canadense Margaret Atwood, e *1984*, publicada pelo autor britânico George Orwell, em 1949. Nossa pesquisa entrecruza o

¹ Equipe composta por estudantes de Jornalismo do Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge).

² Docente nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Cinema e Audiovisual do Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge).

recorte proposto com um referencial teórico focado nos conceitos de Cristofascismo, Distopia e Teoria Construcionista.

Os romances de Atwood e Orwell retratam sociedades que abandonaram a democracia, a liberdade de expressão e os direitos humanos, e que deram lugar a um Estado intolerante que violenta, censura, desinforma e oprime. Enquanto em *O Conto da Aia* é observado um governo autoritário, pautado no extremismo religioso e no combate às minorias, em *1984* o Estado totalitário exerce forte controle sobre a informação e como esta deve ser assimilada pela população, de forma a perpetuar o regime.

De acordo com o relatório *The Global State Of Democracy 2021*, do Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA), o Brasil passa, desde 2016, por um retrocesso democrático. No documento, é informado que o país foi o que mais perdeu atributos democráticos em um ano, principalmente, em decorrência da pandemia da Covid-19, protestos antidemocráticos, escândalos de corrupção e ameaças às instituições, além de citar que o presidente brasileiro Jair Bolsonaro "testou abertamente as instituições democráticas" (IDEA, 2021) ao questionar a lisura das eleições e dizer que não iria respeitar as decisões do Supremo Federal Tribunal (STF).

Sendo assim, analisando as características antidemocráticas que marcaram presença em 2021, no Brasil, e as suas relações com as extrapolações presentes nas literaturas distópicas de *O Conto da Aia* e *1984*, o artigo objetiva entender os movimentos que intensificam as semelhanças entre o real e o ficcional, envolvendo aspectos como o extremismo religioso e o controle da informação nas estruturas de poder.

A ANTIDEMOCRACIA NO BRASIL

A história do Brasil foi marcada por golpes e atos contra a democracia. No início do século XX, o país presenciou a Revolução de 1930, movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado que depôs o presidente Washington Luís, impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pondo fim à República Velha.

Já em 1964, o Brasil presenciou o início de uma ditadura militar, que durou até 1985, e foi amplamente marcada por movimentos antidemocráticos. Durante os 21 anos de regime, o país registrou casos de violência, restrição à liberdade, repressão aos

opositores, censura e cerceamento dos direitos humanos, além da instituição de 16 atos institucionais, que se sobrepuseram à constituição brasileira.

Foi só na Constituição Federal de 1988, elaborada pós-redemocratização, que foram estipulados artigos, como o de número 05 do documento, que tornou proibida qualquer manifestação ou discurso com intenção de ferir/ameaçar a integridade física ou moral do indivíduo/coletivo, que tente por meios não democráticos influenciar a liderança do país, ou reivindique estruturas de governo que limitem o poder do povo.

Ainda assim, em 2016, a presidente em mandato, Dilma Rousseff (PT), foi destituída do cargo, acusada de maquiar contas públicas e desrespeitar a lei orçamentária. As acusações, apesar de amplamente investigadas, nunca foram fundamentadas com provas que atestassem enriquecimento ilícito ou uso do cargo para benefício próprio, como afirma, no jornal El País Brasil, o colunista Luiz Ruffato:

O afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República é sem dúvida o capítulo mais vergonhoso da história política brasileira. Acusada de praticar uma manobra contábil, as chamadas “pedaladas fiscais”, contra ela não foram levantadas quaisquer suspeitas de enriquecimento ilícito ou aproveitamento do cargo em benefício próprio, ainda que sua vida, privada e pública, tenha sido vasculhada com lupa por seus adversários. Se ela cometeu crime de responsabilidade, também o fizeram e deveriam perder o cargo 16 dos 27 atuais governadores, que usaram o mesmo artifício para fechar as contas em seus estados. (RUFFATO, 2016)

O impeachment da presidente e o mandato provisório de Michel Temer (PMDB), vice da chapa que elegeu Rousseff, colaboraram para o crescimento da onda “antipetista” no Brasil, fator que foi decisivo para a eleição de Jair Bolsonaro na corrida presidencial de 2018.

O CONTEXTO BRASILEIRO EM 2021

Os movimentos antidemocráticos no Brasil não encerraram com o impeachment de Dilma Rousseff. Em 2021, durante uma condução controversa da pandemia da Covid-19, realizada pelo governo de Jair Bolsonaro, o país presenciou inúmeros atos públicos que feriam a Constituição Federal, dentre eles, tentativas de censura, uso de *fake news*, banalização da violência (em especial, contra minorias) e movimentos de ataque ao Judiciário e ao Legislativo.

O ápice dos atos contra a democracia, na pandemia, ocorreu em 7 de setembro de 2021, na comemoração do Dia da Independência do Brasil. Na ocasião, apoiadores de Bolsonaro se reuniram nas ruas para exigir o retorno da ditadura militar, o fechamento do STF, ameaçaram a vida de ministros, invadiram e ocuparam a Praça dos Três Poderes, em Brasília. A manifestação, semelhante à invasão do Capitólio, nos Estados Unidos, em 2020, por apoiadores do ex-presidente Donald Trump, se apoiou na ideologia combativa do presidente brasileiro em relação à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional.

Antes de 2021, devido aos fortes alicerces na extrema direita e no conservadorismo cristão, o governo iniciado por Bolsonaro em 2018 também foi palco de retrocessos na defesa dos direitos humanos, no incentivo a atos inconstitucionais (como o do pedido de intervenções das Forças Armadas), na tentativa de censura da imprensa especializada, no estímulo a ataques contra jornalistas e na disseminação de *fake news*.

Os movimentos antidemocráticos são uma característica importante para o entendimento das sociedades distópicas. O termo “*distopia*” foi cunhado pela primeira vez por Gregg Webber e John Stuart Mill, em 1868, quando o definiram como a antítese da utopia, o que é “demasiado mau para ser praticável”. Etimologicamente formada pelo prefixo *dis* (doente, anormal, dificuldade ou mal funcionamento) e *topos* (lugar), pode ser definido como a forma distorcida de um lugar.

Dentre as diversas obras do gênero literário, comumente atrelado à ficção científica e à sociopolítica, *O Conto da Aia*, de Margaret Atwood, e *1984*, de George Orwell, se destacam em uma análise comparativa com o recorte no contexto político/social brasileiro de 2021 e podem ser utilizadas na construção de um pensamento crítico a respeito dos caminhos tomados pelas lideranças do país.

Escrito em 1949, por George Orwell, *1984* é considerada uma das obras mais importantes da língua inglesa, traduzida em 65 países, inspirando minisséries, filmes, quadrinhos, mangás, óperas e até *reality shows*. No universo criado por Orwell, o regime, comandado pela figura autoritária do “Grande Irmão”, se baseia em conceitos, como: guerra perpétua, vigilância governamental, controle informacional, manipulação pública etc.

O enredo do livro acompanha Winston Smith, funcionário do Departamento de Documentação do Ministério da Verdade, onde tem como função editar e manipular reportagens e documentos públicos. Mecanismos criados para alterar evidências históricas, junto a conceitos como “*novilingua*”, que restringe o vocabulário, e “*duplipensamento*”, que impõe a aceitação simultânea da veracidade de duas crenças contraditórias, são utilizados para “modificar” a própria realidade da sociedade e causar a sensação de *buraco na memória*: “O poder do Ministério era tão grande que, se um dia fosse decretado que dois mais dois é igual a cinco, talvez a população fosse capaz de aceitar aquilo como um fato” (ORWELL, 2009, p.100).

O livro mostra como governos, principalmente autoritários, usufruem dos meios de comunicação para, assim como o “Grande Irmão”, restringir os direitos da população e manipulá-la de acordo com os seus próprios interesses, a fim de se manterem no poder.

O Conto da Aia é um romance distópico, da canadense Margaret Atwood, publicado em 1985. A ficção é ambientada na República de Gilead, uma autocracia baseada no extremismo religioso, que surgiu da queda do governo e da constituição estadunidense, através da ideia de que a sociedade precisava ser “salva” do pecado e da corrupção. Esse grupo se organizou, e logo aconteceu a queda do governo estadunidense, da constituição e dos direitos, em especial para as mulheres.

Na obra, as leis do governo, teocrático e totalitário, se baseiam nos versículos do Antigo Testamento e qualquer comportamento, expressão ou ação que vá de encontro ao regime é severamente reprimido a partir de interpretações literais e/ou convenientes. Além disso, a sociedade, estruturalmente patriarcal e conservadora, é dividida em castas, nas quais os homens assumem cargos de maior poder, enquanto mulheres e pessoas LGBTQIA+ têm seus direitos negados. A partir do ponto de vista da personagem June, a autora de *O Conto da Aia* critica conceitos, como totalitarismo e patriarcalismo, além do fundamentalismo e extremismo religioso.

FICÇÃO LITERÁRIA X REALIDADE BRASILEIRA

Ao comparar a realidade política/social do Brasil, em 2021, às de ficções-políticas, como *1984* e *O Conto da Aia*, é possível identificar semelhanças perigosas que permearam os alicerces do governo Bolsonaro. Quando o então presidente da República

é chamado de “Mito” por seus apoiadores, ou sua imagem atrelada a de um messias, são evocados paralelos com a figura do “Grande Irmão”, da obra de Orwell, e com a força do contexto religioso no país, assim como a obra de Atwood.

As similaridades entre o Brasil de 2021 e os romances se estendem para diversos espectros da sociedade, principalmente, por conta do contínuo flerte do governo de Jair Bolsonaro com o autoritarismo, conservadorismo, controle da informação, intolerância, extremismo religioso e incitação à violência. Quando o então presidente da República relembra, em cerimônia de troca do Comando Militar do Sudeste³, os tempos da ditadura militar e afirma que os agentes do regime foram responsáveis por selar o que ele chamou de bom destino para a nossa nação (FREITAS, 2021), ou quando a Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE), fundada pela ex-ministra Damare Alves, declara “que quer um Brasil teocrático” (FILHO, 2020)⁴, tornam-se perceptíveis os reais perigos que permeiam o estado de direito na contemporaneidade do país.

Os paralelos com *1984* e o romance de Atwood são importantes para a construção do olhar crítico sobre os rumos que o Brasil tem tomado, devido a tendências autoritárias, conservadoras, radicais ou intolerantes, o que configura a necessidade de o povo abandonar a inércia, começar a questionar seus representantes e lutar por seus direitos. Segundo Atwood, em passagem de *O Conto da Aia*:

Vivíamos, como de costume, por ignorar. Ignorar não é a mesma coisa que ignorância, você tem de se erçar para fazê-lo. Nada muda instantaneamente: numa banheira que se aquece gradualmente, você seria fervida até a morte antes de se dar conta. Havia matérias nos jornais, é claro [...] as matérias de jornais eram como sonhos para nós, sonhos ruins sonhados por outros. Que horror, dizíamos, e eram, mas eram horrores sem ser críveis. Eram demasiado melodramáticas, tinham uma dimensão que não era a dimensão de nossas vidas. (ATWOOD, 2017, p. 71).

Além das semelhanças entre a estrutura do governo Bolsonaro e os romances, a inércia de grupos da sociedade brasileira, representada pela falta de consciência ou de vontade de se manifestar contra ações inconstitucionais, que cerceiam direitos do povo, também se torna preocupante, com consequências devastadoras para a democracia do

³ A cerimônia foi realizada em 15 de abril de 2021, em São Paulo.

⁴ Disponível em <https://theintercept.com/2020/10/18/anajure-juristas-evangelicos-brasil-teocratico>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

Brasil. Em *O Conto da Aia*, a população demorou a se manifestar e, por isso, quando o fizeram, Gilead já estava no poder.

O controle da informação é uma arma poderosa nas mãos de uma estrutura governamental. No livro *1984*, o autor George Orwell (1949, p.40) escreve: “Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado”. A frase é parte do slogan do Partido, regime autoritário que rege a sociedade a partir dos interesses do “Grande Irmão”. A estratégia de controle informacional, definida na obra como “fatos alternativos”, causa um efeito de alucinação coletiva, que estimula a população a não questionar o que é verdade e o que é engenhado pelo governo.

Em sua obra, Orwell critica a tentativa de controle da memória histórica da nação por parte de regimes autoritários, a fim de construir narrativas que favoreçam e justifiquem ações autoritárias e extremistas. No livro *Sobre o autoritarismo brasileiro*, a autora Lilia Schwarcz diz:

Todo governo procura usar a história a seu favor. No entanto, e não por coincidência, governos de tendência autoritária costumam criar a sua própria história — voltar ao passado buscando uma narrativa mítica, laudatória e sem preocupação com o cotejo de fatos e dados — como forma de elevação. Para tanto, reconstroem o passado nacional como se ele fosse uma idade de ouro (que ele não foi) (SCHWARCZ, 2019, p. 185).

No contexto social/político brasileiro da gestão bolsonarista, é possível observar a utilização prática desse método. Um dos períodos mais afetados por esse conceito é a ditadura militar de 1964⁵, que foi ressignificada por Bolsonaro e seus apoiadores. Em discurso, durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, o até então deputado federal finalizou a fala horando a memória do coronel Brilhante Ustra, o primeiro militar reconhecido pela Justiça brasileira como torturador:

Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim. (BOLSONARO, 2016)

Em fevereiro de 2021, já como presidente, ele voltou a tecer elogios à ditadura militar brasileira, em evento no Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. Segundo notícia publicada pela Carta Capital, o ex-deputado elogiou a base de lançamentos das Forças Aéreas, inaugurada em 1983, no governo de João Figueiredo,

⁵ A ditadura militar no Brasil aconteceu de 01 de abril de 1964 até 15 de março de 1985. Nesse período, o país esteve sob o comando autoritário de sucessivos governos militares.

último presidente da ditadura militar, e afirmou que o local se tratava de “mais uma das grandes obras dos cinco presidentes militares que tivemos no Brasil”. Ainda na ocasião, Bolsonaro declarou que o período foi “um pouco diferente do que vivemos hoje, mas de muita responsabilidade com o futuro do seu país” (CARTA CAPITAL, 2021).

A relação de Bolsonaro com a ditadura militar é um exemplo da atuação dos “fatos alternativos”, descritos na obra de George Orwell, na construção de uma narrativa que privilegia o governo. O conceito se assemelha com a Teoria Construcionista, em que a notícia (ou informação) deixa de ser apenas um relato e passa a ser uma construção, apresentando diferentes enfoques ou versões de um mesmo acontecimento.

Na verdade, o método construtivista apenas enfatiza caráter convencional das notícias, admitindo que elas informam e têm referência na realidade. Entretanto, também ajudam a construir essa mesma realidade e possuem uma lógica interna de constituição que influencia todo o processo de construção. (PENA, 2015, p. 129)

O controle de informação, principalmente, no Brasil contemporâneo, tem como um dos principais expoentes as *fake news*, popularizadas no país durante a campanha eleitoral de 2018 e herdadas das eleições nos EUA, que elegeram, em 2016, Donald Trump. Amplamente vinculadas ao presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados políticos, as notícias falsas funcionam como instrumento político para a manipulação, agendando pautas, articulando em redes sociais e distorcendo informações que chegam ao cotidiano da população.

De acordo com o estudo *Desinformação on-line e eleições no Brasil*, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2020, as *fakes news* geram mais engajamento que notícias verdadeiras. Essa foi uma estratégia utilizada por Bolsonaro na corrida presidencial de 2018 e que continuou a ser usada por ele durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. No livro *Os engenheiros do caos*, o cientista político Giuliano Da Empoli reforça o papel das *fakes news* na construção de uma narrativa política:

O líder de um movimento que agregue as *fakes news* à construção de sua própria visão de mundo se destaca da manada dos comuns. Não é um burocrata pragmático e fatalista como os outros, mas um homem de ação, que constrói sua própria realidade para responder aos anseios de seus discípulos. Na Europa, como no resto do mundo, as mentiras têm a dianteira, pois são inseridas numa narrativa política que capta os temores e as aspirações de uma massa crescente do eleitorado, enquanto os fatos que as comparem inserem-se em um discurso que não é mais tido com crível (EMPOLI, 2019, p. 24).

Em razão das limitações impostas pelo Ministério da Saúde na distribuição de informações sobre a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), veículos de imprensa formaram um consórcio para combater a desinformação tanto por partes de agentes individuais quanto do próprio governo federal, além de divulgar os números de mortos e contaminados da doença. No combate às *fake news*, também se tornaram comuns agências e editoriais de checagem de fatos. No entanto, o combate à desinformação no país tornou veículos de imprensa e jornalistas cada vez suscetíveis à violência física e/ou moral por parte da extrema direita brasileira.

Em *O Conto da Aia*, antes da criação de Gilead, já existiam movimentos, por parte do governo vigente, com o objetivo de eliminar a liberdade de imprensa e utilizar os veículos de comunicação, assim como em *1984*, para reescrever a história e na definição de um inimigo comum, que seria responsável pelas mazelas vividas na sociedade. Esses movimentos possibilitaram que extremistas religiosos assumissem o poder político-militar dos EUA e instituíssem a República de Gilead, pondo fim ao acesso a jornais, emissoras de televisão, internet, livros e qualquer tipo de fonte de informação.

Em paralelo ao recorte de 2021 da sociedade brasileira, Jair Bolsonaro virou pauta nas redes sociais, por conta de seguidos ataques a jornalistas. Em pesquisa feita pela Agência Lupa⁶, publicada pelo jornal *Correio Braziliense* (2021), consta que o presidente da República atacou jornalistas e veículos de imprensa em 86% de suas *lives* realizadas durante esse mesmo ano. As constantes ofensas do ex-deputado federal resultaram em sua entrada na lista de "predadores da liberdade de imprensa", elaborada pela Repórter Sem Fronteiras (RSF).

O discurso contra a imprensa, feito pelo então líder do Executivo brasileiro, também incentiva que seus apoiadores alimentem ainda mais a violência física/moral contra profissionais do jornalismo no país, descumprindo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e deteriorando a liberdade de imprensa no Brasil, assim como em Gilead, na obra Margaret Atwood.

INTOLERÂNCIA E EXTREMISMO RELIGIOSO

⁶ Disponível em <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/12/4972684-bolsonaro-atacou-jornalistas-e-imprensa-em-86-das-lives-feitas-em-2021.html>. Acesso em 23 de maio de 2022.

Desde o início da campanha eleitoral de 2018, quando ainda era candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro assumiu uma postura de “salvador”, um escolhido de Deus para salvar o povo brasileiro da corrupção, da crise econômica e que retomaria os valores da família tradicional. Após eleito, a imagem messiânica, apoiada por seu eleitorado e fortemente atrelada a discursos de teor religioso, perdurou nas políticas e ideologias do seu mandato presidencial, trazendo características do Cristofascismo para estrutura governamental brasileira.

O termo foi idealizado em 1970, pela teóloga Dorothee Sölle, para se referir às relações de poder entre o partido nazista e as igrejas cristãs no estabelecimento do Terceiro Reich. Na obra *Pandemias cristofascista*, de 2020, o teólogo Fábio Py, docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF, resgatou o conceito de Cristofascismo e comparou com as estruturas do atual governo federal. Segundo Py, assim como Hitler, Bolsonaro participa de eventos promovidos por entidades e líderes religiosos e utiliza jargões cristãos em seus discursos políticos, como “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. As estratégias reforçam a aliança entre igrejas cristãs e o bolsonarismo, em prol da implantação de um governo com características autoritárias e forte teor religioso.

Indico que o “cristofascismo brasileiro” se relaciona com a reflexão da teóloga alemã Dorothee Sölle (1970), que criou a expressão diante da análise do nazismo alemão e dos supremacistas brancos dos EUA. Hitler, como Bolsonaro, tinha uma relação próxima com crentes. Ao cunhar o termo, Sölle se preocupou em apontar as relações de integrantes do partido nazi com as igrejas cristãs no desenvolvimento do estado de exceção alemão, quando o governo nazista se utilizou das relações e das terminologias cristãs para sua composição, assim como se reconhece hoje no bolsonarismo. (PY, 2020, p.28)

O entrelaçamento entre políticas governamentais e ideais cristãos, também ilustrado no slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, atua de forma contrária a um dos princípios fundamentais da democracia brasileira, o estado laico, que prevê que, independentemente da predominância de qualquer vertente religiosa, o governo deve se pautar pela neutralidade e pela separação entre o credo e o Estado.

Quando o governo federal age com parcialidade em prol de uma determinada vertente religiosa, objetivando justificar ações e ideologias conflitantes com o progresso dos direitos humanos, as inconstitucionalidades cometidas contra o Estado brasileiro se tornam mais facilmente perceptíveis. Pautado no extremismo religioso e em

interpretações distorcidas dos princípios cristãos, assim como *O Conto da Aia*, a presidência de Bolsonaro se apoia na figura de um “inimigo” a ser combatido, geralmente personificado no ideologicamente diferente. Desse modo, os desmontes da educação, da promoção científica, equidade racial e de gênero, além do enfrentamento simultâneo ao racismo, sexismo e misoginia, são sustentados pelo discurso religioso muito semelhante ao presente no romance de Atwood, conforme enfatiza Oates:

Quão assustadoramente premonitório é o fato de que a República de Gilead foi estabelecida em um golpe quando fundamentalistas cristãos, enojados por uma sociedade excessivamente liberal, sem um deus e promíscua, assassinaram o presidente, metralharam o congresso, declaram um estado nacional de emergência e colocaram a culpa nos 'fanáticos islâmicos' (...) a república consolida sua força mantendo uma guerra contínua contra os demonizados 'inimigos'. (OATES, 2006)

Atitudes como a escolha de apoiadores políticos com fortes vínculos religiosos ou a ideia por detrás da opção por um jurista tido como evangélico fervoroso para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ) mostram como Jair Bolsonaro pavimenta um estado nacional fundamentalista cristão, que utiliza das escrituras bíblicas para barrar pautas sobre diversidade no Brasil. Em 2021, ex-ministra Damares Alves incluiu como possível agente de violência no Dique 100 do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a chamada “ideologia de gênero”, narrativa criada e perpetuada pela igreja católica, utilizada por políticos evangélicos e ultraconservadores brasileiros para cercear os direitos da comunidade LGBTQIA+, impedir estudos de gênero e discussões de demais pautas sociais.

É na desconstrução do estado laico, previsto na Constituição Federal, e na utilização de dogmas religiosos para sobrepôr a liberdade e as vontades do indivíduo/coletivo, que o Brasil de 2021 se assemelhou a *O Conto da Aia*. A obra, que mostra como a religião é utilizada como forma de controle da população, além de crítica, alerta sobre os perigos de um Brasil imerso no ultraconservadorismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os paralelos explorados no artigo, entre as narrativas ficcionais de George Orwell e Margaret Atwood e os movimentos antidemocráticos de 2021, no Brasil, mesmo que realizados a partir de obras que extrapolam os aspectos distópicos das sociedades

representadas, promovem uma reflexão sobre como discursos de ódio, ataques a liberdades, tanto de imprensa, quanto de instituições públicas, *fake news* e enfraquecimento do estado laico têm se tornado características da atual sociedade brasileira.

A corrupção fundamental do estado de direito e o enfraquecimento da democracia, presentes em *1984* e *O Conto da Aia*, são temas compartilhados com o recorte de 2021 da política brasileira e que demonstram os caminhos traçados que culminaram na classificação do Brasil como “democracia imperfeita”, no Índice de Democracia de 2021, realizado pela revista *The Economist*. No relatório, o país caiu de 6.92 pontos, em 2020, para 6.82, ocupando o 47º lugar, entre 167 países.

Com consequências reais para a manutenção do estado democrático, a análise das semelhanças entre os romances de Orwell e Atwood e a contemporaneidade político/social do Brasil é importante para a construção de um pensamento crítico sobre como os representantes eleitos da população estão contribuindo ou não para a derrocada da democracia no país e o papel do povo no abandono da inércia e luta pelos seus direitos.

REFERÊNCIAS

A new low for global democracy. **The Economist**, Londres, 09 fev. 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2022/02/09/a-new-low-for-global-democracy>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.

Bolsonaro atacou jornalistas e imprensa em 86% das lives feitas em 2021. Brasília, **Correio Braziliense**, 21 dez. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/12/4972684-bolsonaro-atacou-jornalistas-e-imprensa-em-86-das-lives-feitas-em-2021.html>. Acesso em 23 de maio de 2022.

Bolsonaro volta a exaltar a ditadura: ‘Regime de responsabilidade com o futuro’. **Carta Capital**, São Paulo, 11 fev. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaro-volta-a-exaltar-a-ditadura-regime-de-responsabilidade-com-o-futuro/>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

COSTA, Anna Gabriela. Capitais registram atos pró e contra o governo no 7 de Setembro. **CNN Brasil**, São Paulo, 07 set. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/capitais-registram-atos-pro-e-contra-o-governo-no-7-de-setembro/>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

CUNHA, Carolina. Filosofia: o que significa utopia e distopia? **UOL Educação**, Data não informada. Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/filosofia-o-que-significa-utopia-e-distopia.htm#:~:text=Em%201868%2C%20o%20fil%C3%B3sofo%20John>. Acesso em: 29 de abril de 2022.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Belo Horizonte: Vestígio, 2019

Democracia está 'em declínio' no Brasil, aponta relatório internacional. **G1**, 22 nov. 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/11/22/democracia-esta-em-declinio-no-brasil-aponta-relatorio-internacional.ghtml>>. Acesso em: 15 de março de 2022.

FILHO, João. Os superpoderes da Anajure, a associação de juristas evangélicos que quer um Brasil teocrático. *The Intercept Brasil*, 18 out. 2020. Disponível em <https://theintercept.com/2020/10/18/anajure-juristas-evangelicos-brasil-teocratico>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

FREITAS, Carolina. Bolsonaro exalta ditadura militar e volta a dizer que Forças Armadas garantirão “liberdade”. **Valor Econômico**, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/04/15/bolsonaro-exalta-ditadura-militar-e-volta-a-dizer-que-forcas-armadas-garantirao-liberdade.ghtml>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

NANINI, Lucas. TEÓFILO, Sarah. FERRO, Maurício. SOUZA, Renato. Ato em Brasília tem discurso contra STF e “ultimato” de Bolsonaro. **R7**, Brasília, 07 set. 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/ato-em-brasil-tem-discurso-contra-stf-e-ultimato-de-bolsonaro-07092021>. Acesso em: 25 de maio de 2022.]]

OATES, Joyce Carol. O conto de Margaret Atwood. **The New York Review**, 02 nov. 2006. Disponível em <https://www.nybooks.com/articles/2006/11/02/margaret-atwoods-tale/>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RUFFATO, Luiz. O golpe contra Dilma Rousseff. **El País**, 01 set. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/31/opinion/1472650538_750062.html. Acesso em: 15 de março de 2022.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PY, Fábio. **Pandemia Cristofascista**. Serie: contágios infernais. São Paulo: Recriar, 2020.

SANTANA, Ana Lucia. Distopia na Literatura. **InfoEscola**, Data não informada. Disponível em: <https://www.infoescola.com/literatura/distopia-na-literatura/>. Acesso em: 11 de maio de 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

